



Projeto Menina Mulher

Política pública para a capacitação profissional, desenvolvimento social e autonomia financeira de meninas abrigadas

Integrantes:

Allana Ribeiro - SMG
Amanda Pontes - PREVI-RIO
Ana Paula Souza da Silva - SMF
Gabriela Hilário - Casa Civil
Jéssica do Nascimento Pereira - SEAC
Joana Possidônio Rosa Laranjeira - SME
Josimere Souza Couto de Abreu - GMRIO
Karen da Silva Barbosa da Costa - SMF
Marília Jardim Barros - COMLURB
Rejane Corrêa Lopes - SMS
Vanessa Lacerda - MultiRio





Índice

Sumário Executivo

- 1.1. Problema analisado
- 1.2. Solução proposta
- 1.3. Resultados almejados

Relatório

- 2.1. Breve apresentação do Grupo
- 3. Introdução
- 3.1. Contextualização do macro ao micro e definição do problema abordado pelo projeto
- 3.2. Diagnóstico atual e benchmarking sobre como o problema é tratado na Prefeitura e em outros contextos
- 3.3. Detalhamento do público-alvo e dados relevantes
- 3.4. Objetivo macro/principal do projeto
- 4. Projeto
- 4.1. Objetivos específicos
- 4.1.1 Capacitar profissionalmente
- 4.1.2 Possibilitar a empregabilidade das jovens através de parcerias
- 4.2. Benefícios esperados
- 4.3. Matriz FOFA forças impulsionadoras e restritivas, com interpretações e cruzamentos relevantes
- 4.4. Atores relevantes, potenciais clientes e parceiros estratégicos, detalhando interesses e graus de influência Matriz Stakeholders
- 4.5. Metas (SMART)
- 4.5.1. Capacitação profissional
- 4.5.2. Empregabilidade das jovens através de parcerias
- 4.6. Iniciativas no formato 5W2H, vinculadas a cada meta, referencialmente em tabela
- 4.7. Cronograma consolidado das iniciativas
- 4.8. Orçamento detalhado, incluindo parcerias e custos potenciais
- 4.9. Monitoramento dos indicadores e fontes de comprovação
- 4.10. Perenidade e sustentabilidade do projeto
- 4.10.1. Base Legal e Institucional
- 4.10.2. Planejamento Estratégico e Monitoramento
- 4.10.3. Capacitação Profissional e Empregabilidade
- 4.10.4. Empreendedorismo
- 4.10.5. Acompanhamento Pós-programa





- 4.10.6. Sustentabilidade Financeira
- 4.10.10. Potenciais Impactos Positivos de Sustentabilidade
- 5. Identidade Visual
- 6. Conclusão
- 7. Bibliografia

Anexos





Sumário executivo

1.1. Problema analisado

Embora a Secretaria Municipal de Assistência Social desempenhe um papel fundamental no acolhimento e bem-estar dos jovens abrigados nas unidades municipais ou parceiras, garantindo acesso à saúde, educação e benefícios sociais, alguns desafios estruturais são apresentados para esses abrigados, especialmente para as meninas entre 14 e 18 anos. Essas barreiras comprometem o desenvolvimento e autonomia dessas jovens.

Considerando que o objetivo da Prefeitura, seguindo a legislação, é a reinserção dessas jovens no seio familiar, em alguns casos, isso não se faz possível. E são essas meninas que, muitas vezes, ao deixarem o abrigo, ao completarem a maioridade, não têm suporte necessário para enfrentar vulnerabilidades socioeconômicas, das quais: falta de qualificação profissional, baixa escolaridade e ausência de oportunidades de emprego ou renda sustentável.

Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas mais amplas que promovam a qualificação, o empreendedorismo e a criação de redes de apoio, permitindo, assim, que essas jovens construam um futuro com maior estabilidade e independência ao deixarem os abrigos.

1.2. Solução proposta

Projeto que visa criar um Programa de Governo - política pública - para promoção da autonomia financeira e incentivo ao ingresso no mercado de trabalho de jovens meninas entre 14 e 18 anos que residem em abrigos públicos da Prefeitura do Rio de Janeiro. O objetivo é capacitá-las profissionalmente e oferecer caminhos para a independência financeira antes de atingirem a maioridade, momento em que precisam deixar os abrigos e, muitas vezes, enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas.





1.3. Resultados almejados

Jovens capazes de liderar suas trajetórias ao deixarem os abrigos, através da possibilidade da empregabilidade. E redução da probabilidade, em relação a elas, da exposição aos diferentes tipos de violência contra mulher.

Relatório

2.1. Breve apresentação do Grupo

O grupo é composto por 12 (doze) mulheres de diferentes áreas da Prefeitura, com formações variadas, vivências diversas e uma visão multidisciplinar. As integrantes unem esforços com um propósito comum: garantir assistência e atenção às meninas em situação de vulnerabilidade.

Essa diversidade é um dos pontos fortes do grupo que se beneficia das diferentes perspectivas e competências de suas integrantes, abrangendo áreas como saúde, educação, direito, segurança, administração e comunicação. Essa composição permite abordar os desafios enfrentados pelas mulheres de maneira ampla e integrada, promovendo políticas públicas mais eficazes e humanizadas.

Allana Ribeiro (SMG) – Advogada, pós-graduada em Direito Tributário, Bacharel em Administração Pública e mestranda em Administração Pública. Está como Coordenadora de Apoio Administrativo da Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar da SMG, setor que atua na articulação municipal junto às Casas Legislativas.

Amanda Pontes (PREVI-RIO) – Formada em Direito - especialização em Administração Pública e MBA em Gestão de Recursos Humanos. Atua na gestão de Comunicação Social com ênfase em Planejamento de Conteúdo e Assessoria de Imprensa.

Ana Paula Souza da Silva (SMF) – Formada em Direito, atua na área de Recursos Humanos coordenando as equipes de Direitos e Vantagens, Treinamentos e Gratificações.

Gabriela Hilário (Casa Civil) – Jornalista, está como Coordenadora de Projetos Estratégicos e Dados na Comunicação do Gabinete, pós-graduação em Marketing e ESG (IBMEC), apresentadora do podcast "Empoderação": empoderamento de mulheres negras.

Jéssica do Nascimento Pereira (SEAC) – Engenheira civil, mestre em engenharia urbana e doutoranda em engenharia sanitária e ambiental, atua no desenvolvimento de projetos de urbanização integrada para áreas de especial interesse social.





Joana Possidônio Rosa Laranjeira (SME) – Professora de Educação Infantil atuando na gestão do Ginásio Educacional Olímpico Reverendo Martin Luther King. Graduada em Pedagogia, Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação da UERJ.

Josimere Souza Couto de Abreu (GMRIO) – Atuante na Guarda Municipal, trazendo expertise em segurança e proteção. Formada em Administração. Atua na área financeira patrimonial da GMRIO.

Karen da Silva Barbosa da Costa (SMF) — Formada em Letras pela UFRRJ, com especialização em Revisão Prática de Texto (Unyleya), mestranda em Letras e graduanda em Direito (UFRRJ), atua em RH na Coordenadoria Técnica de Normatização de RH.

Marília Jardim Barros (COMLURB) – Coordenadora de Processo na COMLURB. Formada em Administração com especialização em Gestão Ambiental, Pós em Administração Publica e MBA em Gestão de Pessoas. Atua na área de Estrutura e Carreiras, Gestão Institucional em geral.

Rejane Corrêa Lopes (SMS) – Enfermeira de formação acadêmica, Especialista em Gestão de Saúde pela ENSP/FIOCRUZ, servidora pública da Administração Direta há 30 anos. Atualmente, Gerente da UPA Magalhães Bastos, unidade gerida pela RioSaúde.

Vanessa Lacerda (MultiRio) – Assessora, lotada na Assessoria Jurídica da MultiRio, advogada com pós em Direito Empresarial, atuante no Compliance, Direito Autoral e Propriedade Intelectual.





3. Introdução:

De acordo com o art. 7º da Lei 8.069 de 1990, o ECA, toda criança e adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Em decorrência de violação de direitos da criança e adolescente (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família é aplicada medida protetiva a partir de determinação judicial que encaminha essas crianças e adolescentes aos cuidados do ente público para garantir o estabelecido no art. 4º daquela lei:

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Dessa forma, o Poder Público fica responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco, garantindo direitos através dos abrigos e casas-lares. Os abrigos são acolhimentos provisórios com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. E casa-lar acolhimento provisório, sendo oferecido em unidades residenciais, com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes por unidade, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

O ECA define que criança é pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Com exceção de casos especiais que consideram adolescentes até 21 anos, o programa de acolhimento fica limitado aos 18 anos incompletos desses jovens. Após completar os 18 anos, esse jovem pode ser reinserido no seu ambiente familiar ou direcionado às repúblicas, onde poderão permanecer até os 21 anos.





A realidade dos adolescentes, especialmente dos órfãos, que vivem em abrigos no Brasil, sob o regime de acolhimento institucional, é marcada por grandes dificuldades. Ao atingirem a maioridade, aos dezoito anos, esses jovens se veem forçados a deixar as instituições e enfrentam o desafio de se reintegrar à sociedade de forma autônoma, sendo obrigados a tomar decisões de vida sem o suporte das referências familiares e sociais que os acompanharam até então.

Muitas das vezes a reinserção desses jovens é ineficiente, deixando-os em situação de vulnerabilidade e exposição à violência. Diante disso, esse projeto prevê a capacitação desses jovens (entre os 14 anos e 18 anos) especificamente do gênero feminino, para prepará-las para a vida social e profissional na fase adulta.

3.1. Contextualização do macro ao micro e definição do problema abordado pelo projeto.

O governo federal, por meio da Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, estabelece a Lei do Jovem Aprendiz que objetiva capacitar jovens inscritos em programas de aprendizagem, preparando-os para a vida profissional ao completarem os 18 anos.

O programa Jovem aprendiz é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Existe um projeto de lei do senado - PLS de número 190 de 2017 - que propõem a alteração do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.

O PLS propõe a inclusão de adolescentes, a partir dos 14 anos de idade, em regime de acolhimento institucional no programa do SENAC, para aperfeiçoamento do ensino comercial e industrial de formação desses jovens.





A Corregedoria Nacional de Justiça está com projeto de normatizar a prática em todos os tribunais nacionais, por meio de parcerias entre a justiça, sociedade civil, instituições de ensino e empresários, para que os jovens recebam capacitação para conquistar uma vida digna e autônoma.

O Programa Novos Caminhos (PNC), criado em 2013 em Santa Catarina, foi inspiração para a proposta da Corregedoria Nacional, que já atingiu o número de 13 mil jovens inscritos em cursos de capacitação e 1.156 jovens inseridos no mercado de trabalho (CNJ, 2023).

Também é de conhecimento a existência do Programa Adolescente Trabalhador da ASSPROM - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, uma entidade filantrópica de fins não econômicos. Pautados no Art. 68 do ECA a ASSPROM possui uma equipe que acompanha o adolescente ou jovem em todo seu processo de formação, buscando soluções para as dificuldades inerentes ao mundo do trabalho, no âmbito familiar e pessoal (ASSPROM, 2025).

O programa de aprendizagem na Prefeitura do Rio de Janeiro representa um importante passo na formação profissional de jovens cariocas, oferecendo uma oportunidade única de ingressar no mercado de trabalho e adquirir experiência prática em diversas áreas da administração pública. Os aprendizes têm a chance de trabalhar em diversas secretarias e órgãos municipais, desenvolvendo habilidades técnicas e comportamentais.

Atualmente, o programa opera somente nas Empresas Municipais, sendo cada uma delas responsável pelos meios aos quais os jovens serão captados. Na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro - RioSaúde, por exemplo, neste ano, esse aproveitamento se dará por meio de um processo seletivo via Edital (001/2025) coordenado pela Diretoria de Gestão de Pessoas da RioSaúde. Na COMLURB, ainda, esse mesmo processo seletivo ocorre por meio de um contrato com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Demà Jovem by Renapsi.

3.2. Diagnóstico atual e benchmarking sobre como o problema é tratado na Prefeitura e em outros contextos

Foram realizadas entrevistas com profissionais que exercem ou já exerceram funções relacionadas a crianças de casas de acolhimento, seja na administração das casas de acolhimento ou no ambiente de trabalho, através do programa Jovem Aprendiz ativo na Prefeitura do Rio de Janeiro.





Também foi realizada uma reunião com a responsável pelo Instituto Embelleze para avaliar a relevância de uma modelagem de parceria com ONGs e instituições. O encontro foi exitoso e a instituição fez uma proposta.

Essas entrevistas foram fundamentais para diagnosticar o cenário atual dessa temática, direcionar e modelar o Projeto Integra Mulher.

• Reunião com servidor

Reunião com o servidor EMERSON ALCANTARA DE OLIVEIRA

Data: 11/12/2024

Local: Online

Emerson é servidor efetivo dos quadros do PREVIRIO e atuou por mais de 10 anos na coordenação das ações do programa de aprendizagem para adolescentes abrigados ou em famílias acolhedoras.

Ao compartilhar com a equipe do Projeto Integra Mulher suas vivências, o servidor relatou sua perspectiva a respeito das necessidades e anseios dos adolescentes.

Interessante observar, inicialmente, que os adolescentes que participavam daquele programa de aprendizagem eram pré-selecionados, levando-se em consideração habilidades comportamentais e escolaridade.

Ao longo do programa, eram realizadas reuniões periódicas com os adolescentes e com os servidores responsáveis, coletiva e individualmente. Essa era uma oportunidade de acompanhar e entender a fase pela qual o adolescente estava passando para, se fosse o caso, ter algum tipo de conversa mais direta com o menor ou efetuar algum tipo de intervenção.

De um modo geral, dada a situação de vulnerabilidade vivenciada pela maioria dos adolescentes participantes daquele projeto de aprendizagem, era perceptível a necessidade de orientação quanto à conduta social.

A passagem pelo programa favorecia o desenvolvimento para um futuro ingresso no mercado de trabalho, e também a capacidade de adequação comportamental aos diversos ambientes por onde fosse transitar.

Reunião sobre o Jovem Aprendiz na Administração Indireta - COMLURB

Reunião com Noemi Lustosa

Dia: 15/01/2025 e 28/01/2025





Local: Companhia Municipal de Limpeza Urbana

O programa Jovem Aprendiz na Prefeitura do Rio de Janeiro funciona de maneira diferenciada na Administração Direta e Indireta:

Administração Direta

- Não possui obrigatoriedade legal de contratar aprendizes.
- O programa Jovem Aprendiz é exclusivo para as empresas da Administração Indireta, como a COMLURB.

Administração Indireta (exemplo da COMLURB)

- É obrigada por lei a seguir a Lei de Aprendizagem, que determina uma cota de aprendizes correspondente a 5% do quadro funcional da empresa.
- Prioriza a contratação de menores de idade.
- Os jovens aprendizes não podem trabalhar em todas as áreas da empresa, principalmente nas relacionadas à limpeza urbana.
- Possui parceria com o SENAI, onde os jovens aprendizes cumprem parte da carga horária, com diversos cursos oferecidos.
- Aloca jovens aprendizes no arco administrativo da COMLURB, tanto na sede administrativa quanto nos órgãos operacionais.
- Contempla um perfil de vulnerabilidade social, incluindo jovens em abrigos e em medidas socioeducativas.

Programa ViraVida

 Oferecido pela Firjan, complementa a formação dos jovens ao abordar questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Contrato com a Renapsi

- O vínculo dos jovens aprendizes com a Renapsi é formalizado por meio de um contrato, resultado de um processo licitatório.
- O contrato tem duração de 2 anos, podendo ser prorrogado.

Em resumo, o programa Jovem Aprendiz na Prefeitura do Rio de Janeiro busca oferecer oportunidades de formação profissional para jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, através de parcerias com instituições como o SENAI e a Renapsi.





Reunião com SMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

Data: 17/12/2024

Local: Presencial - sala 512 do Centro Administrativo São Sebastião - CASS

Participantes: Parte da equipe do Projeto Integra Mulher

Nessa reunião, a equipe do SMAS apresentou para as integrantes da equipe do Projeto Integra Mulher os diferentes perfis dos abrigos da PCRJ.

O acolhimento na instituição deve ser precedido da Guia de Recolhimento expedida pelo Poder Judiciário, como medida excepcional do convívio familiar, aplicada apenas naqueles casos em que a situação representar grave risco a sua integridade física e psíquica.

Antes de ir para o abrigo, a criança/ adolescente deve passar pela central de recepção. Existem 2 centrais no sistema: 1 para adolescentes meninos e outra para crianças e adolescentes meninas.

Existem 2 centrais de recepção: 1 para meninos e outra 1 para crianças e adolescentes meninas.

Atualmente, são 26 abrigos, sendo 15 próprios e 11 conveniados, que atendem cerca de 400 crianças e adolescentes.

Cada unidade atende até 20 acolhidos. E algumas têm bloqueio judicial, ou seja, recebem menos abrigados e quantitativo máximo de acordo com a determinação do juiz.

Dentre as 15 unidades de abrigos próprios, tem-se:

- 01 exclusivamente para bebês;
- 01 para grávidas e mães com recém-nascido
- 03 reservadas para o atendimento de crianças de 4 a 12 anos;
- 02 adolescentes meninas;
- demais unidades para adolescentes meninos.

A rede privada conta com 11 unidades sendo:

- 01 para bebês
- 01 para meninas
- 01 para grupo de irmãos
- demais unidades para 04 a 12 anos





Uma observação importante: pessoas trans normalmente ficam nas unidades para meninas.

• Reunião com Instituto Embelleze - Aline Augusto, Diretora do Instituto Embelleze

Data: 19/01/2025

Local: Online

Participantes: Parte da equipe do projeto Integra Mulher

A reunião foi inicialmente planejada para entender se fazia sentido construir uma modelagem de parceria com ONGs e instituições, avaliando a viabilidade do projeto voltado para jovens em situação de vulnerabilidade e acolhidos em abrigos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O encontro superou as expectativas. Após a apresentação do projeto, o Instituto Embelleze demonstrou grande interesse na parceria e se comprometeu em colaborar ativamente com a execução da iniciativa. Aline Augusto, diretora do Instituto, reforçou o compromisso da organização em contribuir com o eixo de empreendedorismo do programa, destacando a viabilidade e a estrutura necessária para consolidar a iniciativa.

Durante a reunião, foram apresentados os objetivos, as propostas e os resultados esperados dentro do modelo de triple bottom line, assegurando benefícios para todos os stakeholders, especialmente para as jovens, que são o foco principal do projeto.

Sobre o Instituto - Embora os nomes sejam semelhantes, o Instituto Embelleze (formação de profissionais) e Embelleze (produção de cosméticos) são duas empresas distintas. Há mais de duas décadas, o Instituto Embelleze tem sido um pilar fundamental na capacitação de profissionais da beleza no Brasil. O Instituto já formou mais de 2,5 milhões de alunos, oferecendo a eles as ferramentas e conhecimentos necessários para transformar suas vidas e as de outros.

Presente em 180 unidades espalhadas por 21 estados brasileiros, o Instituto Embelleze oferece uma vasta gama de cursos que atendem às demandas do mercado de beleza

3.3. Detalhamento do público-alvo e dados relevantes

O público-alvo ao qual o projeto será direcionado abrange adolescentes do sexo feminino, com idade entre 14 e 18 anos, institucionalizadas em 3 abrigos da rede própria municipal.





Neste sentido, atualmente, a rede própria de abrigos municipais que atende o público adolescente é composta por 15 unidades, das quais 2 são destinadas exclusivamente a jovens do sexo feminino com idade entre 12 anos e 17 anos e 11 meses, quais sejam: Unidade Municipal de Reinserção Social Catete e Unidade Municipal de Reinserção Social Casa Viva Penha. Além dessas, a Unidade Municipal de Reinserção Social Frida Kahlo oferta vagas de acolhimento para adolescentes grávidas e mães adolescentes com bebês recém-nascidos, contudo, de forma mais abrangente do que a faixa etária indicada anteriormente.

No que tange ao quantitativo apurado das três unidades acima mencionadas, em reunião realizada com a equipe técnica da Secretaria Municipal da Assistência Social no dia 17 de dezembro de 2024, verificou-se que o somatório total de 46 adolescentes acolhidas à época, sendo 20 oriundas da Unidade Municipal de Reinserção Social Casa Viva Penha, 10 da Unidade Municipal de Reinserção Social Catete e 16 da Unidade Municipal de Reinserção Social Frida Kahlo.

É importante frisar, entretanto, no que se refere à Unidade Municipal de Reinserção Social Frida Kahlo que o foco do presente projeto serão as adolescentes com idade entre 14 e 18 anos.

3.4. Objetivo macro/principal do projeto

Este projeto-piloto, construído de maneira factível, busca atender uma população vulnerável, através de soluções concretas que promovem a inclusão social e a autonomia financeira.

Para tanto, o Projeto Integra Mulher busca garantir a adolescentes acolhidas em abrigos próprios da rede socioassistencial municipal, com idade entre 14 e 18 anos, independência financeira, através de capacitação profissional dessas jovens com cursos oferecidos em equipamentos públicos e parceiros.

4. Projeto

Com objetivo de dar continuidade a assistência do Governo, este projeto visa criar uma política pública para empoderamento feminino e financeiro de jovens entre 14 e 18 anos que residem em abrigos públicos da Prefeitura do Rio de Janeiro. Levando em consideração a recém entrada na vida adulta dessas jovens, o projeto tem como objetivo fomentar a independência das jovens recém chegadas na maioridade - a partir da capacitação profissional e consequentemente a possibilidade de maior empregabilidade - especialmente no momento em que precisam deixar os abrigos e, muitas vezes, enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas.





Para tanto, o projeto será dividido em eixos de capacitação, os quais contemplarão a capacitação profissional, promovida por Órgãos e entidades da Administração Municipal, além de parcerias ONGs e instituições, visando a inserção produtiva das jovens participantes no mercado de trabalho.

Entre os cursos a serem ofertados no âmbito da Municipalidade, os quais ocorrerão a partir de parcerias com as Secretarias, tais como as Secretarias Municipais de Políticas para Mulheres e Cuidados (SPM-Rio), de Ciência, Tecnologia e Inovação (SMCT) e Especial da Juventude Carioca (JUV-Rio), temos os seguintes eixos:

- (i) informática (dividido em módulos);
- (ii) produção de eventos;
- (iii) cuidador de idosos;
- (iv) fotografia; e
- (v) comunicação e marketing (dividido em módulos).

Enquanto isso, como exemplo das ações a serem desenvolvidas por parceiros, temos a oferta de cursos de empreendedorismo divididos entre os seguintes eixos de capacitação:

- (i) beleza;
- (ii) culinária;
- (iii) gestão e negócios; e
- (iii) turismo e hotelaria.

4.1. Objetivos específicos

A solução apresentada para o problema das meninas abrigadas que atingem a maioridade sem profissão ou recursos financeiros é o Projeto Integra Mulher, que será uma política pública para jovens abrigadas, que propõe dois objetivos específicos: o primeiro sendo a capacitação profissional dessas adolescentes e o segundo a possibilidade de empregabilidade a partir de parcerias.

4.1.1 Capacitar profissionalmente

- Seleção de jovens aptas ao programa;
- Criação de protocolo de identificação vocacional das adolescentes
- Oferta de bolsas de estudos como incentivo financeiro para as estudantes, possibilitando a aquisição de uma reserva para quando atingirem a maioridade;





- Criação de programa de estágio podendo ser através da administração pública ou outras instituições; e
- Capacitação dos profissionais responsáveis pelas estagiárias (profissional acolhedor).

Resultados esperados: Profissionalizar as meninas do programa com objetivo de prepará-las, tanto social como profissionalmente para a vida adulta.

4.1.2 Possibilitar a empregabilidade das jovens através de parcerias

- Integrar as Secretarias de Assistência Social e Trabalho e Renda, objetivando disponibilizar vagas de empregos;
- Formalizar parcerias público-privadas

Resultados esperados: promover inclusão social e autonomia financeira para jovens recém-saídas dos abrigos da rede socioassistencial municipal.

4.2. Benefícios esperados

O projeto busca promover inclusão social e autonomia financeira para jovens em situação de vulnerabilidade, garantindo:

- Construção de uma política pública sustentável, com potencial de replicação.
- Capacitação profissional e inserção no mercado.
- Redução da vulnerabilidade socioeconômica após deixarem os abrigos.

4.3. Matriz FOFA – forças impulsionadoras e restritivas, com interpretações e cruzamentos relevantes.

Forças	Fraquezas
--------	-----------





Fatores internos	 Atribuições definidas nos órgãos Público alvo mapeável Redução com gastos em segurança pública Redução com questões de saúde pública Redução da possibilidade de inserção das meninas em situação de rua. 	 Falta de integração intersetorial Falta de incentivos
	Oportunidades	Ameaças
Fatores externos	Parceria com empresasParceira com cursos profissionalizantes	EntorpecentesBaixa EscolaridadeAnalfabetismoCrise na economia
	Pontos Positivos	Pontos Negativos

4.4. Atores relevantes, potenciais clientes e parceiros estratégicos, detalhando interesses e graus de influência - Matriz Stakeholders.

Stakeholders são todas as partes interessadas que podem influenciar ou serem impactadas pelas decisões e resultados do projeto. Isso inclui órgãos públicos, comunidades locais, empresas contratadas, ONGs, e demais setores da sociedade. Cada stakeholder pode ter diferentes níveis de interesse e impacto no projeto, sendo essencial que se garanta a participação ativa e o alinhamento dessas partes para assegurar que as políticas públicas e intervenções sejam eficazes e amplamente aceitas¹ (PMI, 2021).

Os stakeholders são classificados de acordo com o nível de poder/influência e interesse/disponibilidade de cada um, sendo eles:

A) Manter satisfeito (alto poder/influência e baixo interesse/disponibilidade)

- **Prefeito:** tem alta influência e poder sobre as decisões e direcionamentos do projeto, representando a autoridade máxima na esfera municipal. Sua satisfação é crucial, pois o

-

¹ PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK). 7ª ed. Estados Unidos: PMI, 2021.





apoio do Prefeito facilita o acesso a recursos, aprovações e alocação de prioridades dentro da gestão pública. Sua interação ocorre principalmente por meio de relatórios de progresso, reuniões estratégicas e participação em eventos-chave ou anúncios públicos, promovendo visibilidade ao projeto e alinhamento com os objetivos da Prefeitura.

- **Segurança Pública**: embora possuam menor poder formal, têm alta influência indireta, pois reduz os números de violências oriundas de população em situação de rua.
 - B) Administrar de perto (alto poder/influência e alto interesse/ disponibilidade)
- Políticas para Mulheres e Cuidados (SPM): desempenha um papel de responsável pela captação e organização da demanda, identificando as adolescentes aptas a ingressarem no programa e as direcionando para as funções de vocação. A SPM têm alta influência e um interesse elevado no sucesso do projeto, especialmente por tratar-se de políticas voltadas para a sua principal cliente.
- Assistência Social (SMAS): desempenha um papel responsável pela oferta e organização da demanda, identificando as adolescentes aptas a ingressarem no programa e as direcionando para as funções de vocação. A SMAS têm alta influência e um interesse elevado no sucesso do projeto, pelo fato de assistenciar essa jovem adulta desde da sua primeira infância até completarem a maioridade.
- Educação (SME): responsável por criar mecanismos na escola para facilitar a assimilação dos ensinamentos coletados pelas capacitações. Além disso, faz-se necessária a prestação de informação sobre o rendimento escolar dessas meninas, possui alta influência e deve estar envolvidos diretamente na gestão dos projetos. Seu papel é essencial na coordenação e na disponibilização de informações para garantir a integração das ações.
- Trabalho e Renda (SMTE): como órgão responsável pela geração de emprego e renda, a Secretaria tem uma posição central na execução e orientação do projeto. Sua função é de organizar e ofertar os cursos de capacitação para as adolescentes, contribuindo para uma política pública de acompanhamento das adolescentes criadas em casas de acolhimento.





- Ciência e Tecnologia (SMCT): responsável por promover políticas públicas de fomento, estímulo e promoção da utilização dos métodos, técnicas e ferramentas tecnológicas. Sua função é auxiliar na capacitação das adolescentes que atendam as demandas vindas das jovens e contribuir para a construção de políticas públicas de acesso ao Universo digital.
 - C) Monitorar (baixo poder/influência e baixo interesse/disponibilidade)
- Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados (SMIT): como responsável por fornecer as informações sobre a gestão pública do município do Rio de Janeiro, sua incumbência, através da Secretaria de Integridade Pública (SUBIP), é incentivar a transparência, orientar sobre integridade e ética para aplicabilidade prática dos servidores públicos envolvidos no projeto, promovendo um ambiente profissional de condutas antiéticas.
- -Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas (EGP): com a finalidade de monitorar e controlar a implementação de projetos, poderá contribuir oferecendo suporte, treinamento e consultoria técnica ao projeto, além de acompanhamento de metas e indicadores para supervisão e gerenciamento do projeto.
- **Procuradoria Geral do Município (PGM)**: como proporciona assessoramento jurídico aos órgãos da prefeitura e é competente para opinar sobre redação de contratos, convênios e demais atos elaborados pelo município, figurando de maneira imprescindível para a execução do projeto e realização de parcerias.
 - D) Manter informado (baixo poder/influência e alto interesse/ disponibilidade)
- Empresas, Instituições: Com o papel principal de ofertar vagas e cursos de capacitação para as adolescentes com eixo de empreendedorismo, as empresas possuem papel essencial para a eficiência do programa.
- Demais órgãos da administração pública: com a função de receber essas jovens para capacitar e realizar o projeto através de servidores acolhedores, os órgãos da





administração direta do Município terão alto interesse em obter essa mão de obra e baixo poder de decisão, levando em consideração que a responsabilidade de filtrar e direcionar essas adolescentes é atribuição da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Alto	Manter Satisfeito	Administrar de perto
Poder/ Influência	PrefeitoSegurança pública	 Secretaria de Políticas para Mulheres e Cuidados - SPM Juventude Carioca (JUV_RIO) Assistência Social (SMAS) Educação (SME) Trabalho e Renda (SMTE) Ciência e Tecnologia (SMCT)
	Monitorar	Manter Informado
Baixo	 Secretaria da Integridade (SMIT) EGP-Rio PGM 	EmpresasInstituiçõesÓrgãos da Adm. pública
	Baixo Interesse/D	isponibilidade Alto

4.5. Metas (SMART).

São objetivos definidos de forma clara e estratégica, utilizando cinco critérios que garantem que sejam alcançáveis e mensuráveis: específica, mensurável, atribuível, realista e temporal .A estratégia colabora para a correta aplicação de metas, com base em alguns critérios que auxiliam no acompanhamento dos resultados obtidos. Conforme sugere o nome, a ideia é que as metas sejam mais inteligentes, facilitando a aplicabilidade e a visualização dos resultados.

Diante disso, os objetivos específicos deste projeto foram analisados e detalhados no formato da meta SMART.

4.5.1. Capacitação Profissional





Metas (SMART)	Capacitação profissional
S (Especifica)	Selecionar dentro das 46 jovens as que estão aptas ao programa e matricular as selecionadas até o final de março/2025.
M (Mensurável)	Desenvolver e implementar um protocolo vocacional de direcionamento para que seja utilizado por 100% das adolescentes encaminhadas para os cursos até abril/2025.
A (Alcançável)	Oferecer bolsas de estudos no valor de R\$600 para 100% das estudantes matriculadas até maio/2025 com melhor desempenho e envolvimento no projeto.
R (Relevante)	Estabelecer parcerias com 5 empresas de administração pública ou privada para oferecer programas de capacitação para as jovens até Junho/2025.
T (Temporal)	Capacitar 100% dos servidores acolhedores sobre as melhores práticas de acompanhamento das jovens até agosto/2025.

4.5.2. Empregabilidade das jovens através de parcerias

Metas (SMART)	Empregabilidade das jovens através de parcerias
S (Especifica)	Formalizar um acordo de cooperação entre as Secretarias de Assistência Social e Trabalho e Renda até março/2025.
M (Mensurável)	Disponibilizar 10 vagas de emprego para as jovens que mais se destacaram no programa até Dezembro/2025.
A (Alcançável)	Estabelecer parcerias com pelo menos 3 empresas de natureza público ou privada (ONGs , Fundações ou Institutos) para a oferta de vagas de emprego e prática supervisionada até Dezembro/2025.
R (Relevante)	Aumentar em 20% a taxa de empregabilidade das jovens participantes do programa em relação ao grupo de controle até Outubro/2025.
T (Temporal)	Realizar um evento de networking para conectar as jovens com potenciais empregadores até Agosto/2025.



de acolhimento



4.6. Iniciativas no formato 5W2H, vinculadas a cada meta, referencialmente em tabela.

PROJETO INTEGRA MULHER - Proposta de projeto para garantir a independência financeira de meninas recém saídas das casas de acolhimento Quanto? O que? Por que? Onde? Quando? Quem? Como? (How (What?) (Why?) (Where?) (When?) (Who?) (How?) much?) Garantir a Imediatamente Formulário R\$ 3.000,00 Aplicação nas adesão e após a escolas ou digital de consultor para Criar protocolo satisfação das aprovação do SPM vocacional casas de aptidão criação do formulário usuárias do acolhimento (SIURB) formulário (1 mês) programa Bonificação para Adolescentes os estudantes. meninas Conta bancária Ofertar bolsas de entre 14 e 17 Reserva Durante a Através de R\$ 600,00 por com bancos estudos financeira para o capacitação anos, 11 recurso público aluna.mês parceiros início da vida meses e 29 adulta dias Parcerias entre Capacitar as Adolescente adolescentes meninas instituições Criar programa de para vida Ao concluir a entre 16 e 17 privadas, SPM e SMTE S/N capacitação anos, 11 sociedade civil capacitação profissional ao e órgãos da completarem 18 meses e 29 anos dias adm pública Capacitar os Funcionários funcionários das das Capacitar o empresas e Após a instituições e Através de curso R\$500,00 por profissional servidores SPM aprovação da servidores de capacitação profissional acolhedor públicos para modelagem públicos orientação das acolhedores jovens Através de Criação de Possibilitar os painel R\$5.000,00 Após a painel de oferta Integrar a SMAS DASHBOARD direcionamentos aprovação da SPM e SMTE e demanda para criação e SMTE para o primeiro para met modelagem criado pelo do painel emprego demanda e **SIURB** procura Garantir a Jovens SMTE, demais independência Ao completarem meninas de Parcerias Empregar jovens econômica de órgãos, 18 anos e 18 anos público/privada S/N meninas jovens recém instituições terminarem a moradoras de s saídas de casa parceiras capacitação abrigo

municipal





4.7. Cronograma consolidado das iniciativas

O cronograma apresenta as etapas fundamentais para a realização do Projeto Menina Mulher, no tocante às fases de Planejamento, Preparação e Implementação do Programa, com o início das atividades previsto para maio de 2025. Durante o período de preparação, será possível alinhar as parcerias, definir protocolos e elaborar fluxos como o de capacitação dos profissionais acolhedores e direcionamento dos jovens:

4.7.1. Modelagem do Programa

- 11/12/2024 Reunião de imersão com o servidor Emerson Alcântara de Oliveira
- 17/12/2024 Reunião de imersão com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)
- 15/01/2025 Reunião de imersão com a servidora Noemi Lustosa
- 19/01/2025 Reunião de imersão com o Instituto Embelleze

4.7.2. Implementação do Programa

- junho/2025 Desenvolvimento de Protocolo Vocacional e bolsa de estudos
- julho/2025 Definir Parcerias e Negociações
- agosto/2025 Elaborar Projeto de Capacitação do Profissional Acolhedor
- setembro/2025 Estruturação de Programa de Estágio
- outubro/2025 Integração com SPM-Rio e SMTE para criar fluxo de direcionamento dos jovens
- novembro/2025 Empregar jovens meninas

4.8. Orçamento detalhado, incluindo parcerias e custos potenciais.

O orçamento para o projeto será dividido em 3 etapas, sendo a primeira a formulação do programa, a segunda consistindo na parte de implementação da política pública de fato e por último a parte de monitoramento e indicadores. Sendo assim, segue o descritivo da estimativa orçamentária de cada etapa.

4.8.1. Formulação do programa

- Implementação do formulário digital SIURB:
 - o Construção do formulário digital pelo Consultor: R\$3.000,00
 - Suporte e manutenção do formulário, IPP: sem custo





Total da etapa 1:

R\$8.144,22 p/mês (oito mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos por mês).

R\$3.000,00 (três mil reais cota única).

4.8.2. Implementação do programa

- Capacitação das adolescentes:
 - o Média de R\$500,00 por curso para/ aluna
 - o Bolsa de estudo: R\$600,00 por aluna
- Capacitação dos profissionais responsáveis pelas meninas nos estágios:
 - Complementação salarial de R\$ 200,00

Total da etapa 2: R\$1.300,00 p/mês (um mil e trezentos reais por mês).

4.8.3. Monitoramento e indicadores

• Equipe do setor da SPM-Rio: sem custo.

Total da etapa 3: Sem custos adicionais.

Custo total para os primeiros 24 meses: R\$229.661,28

4.9. Monitoramento dos indicadores e fontes de comprovação.

O monitoramento de indicadores é uma prática essencial para a avaliação e gestão de processos e resultados em diversas áreas, como na administração, saúde, educação e sustentabilidade. Trata-se de um conjunto de ações sistemáticas voltadas à coleta, análise e interpretação de dados-chave que permitem acompanhar o desempenho e identificar oportunidades de melhoria. Através de indicadores, é possível mensurar o progresso em relação aos objetivos estabelecidos, proporcionando uma visão clara e precisa da efetividade de estratégias adotadas. Além disso, o monitoramento contínuo de indicadores facilita a tomada de decisões informadas e a implementação de ajustes necessários para alcançar melhores resultados.

Levando em consideração os objetivos específicos descritos anteriormente, é possível estabelecer 2 indicadores: a razão entre o número de moradoras da casa de acolhimento, entre 14 e 17 anos e 11 meses e 29 dias, com certificado de curso profissionalizante e número de moradoras de casa de acolhimento com a mesma faixa etária. O outro indicador possível de ser monitorado é a taxa de empregabilidade, correspondendo à





razão entre o número de jovens meninas recém saídas de casas de acolhimento empregadas e o total de meninas recém saídas dessas casas.

O monitoramento será através de painel dashboard desenvolvido no ambiente do SIURB, plataforma disponível para todos os órgãos da Prefeitura. A partir do painel, será possível identificar de onde a menina veio, sua profissão, e qual área ela foi empregada, além de dados primários dessa jovem que auxiliam em insight para melhoria do projeto.

4.10. Perenidade e sustentabilidade do projeto.

A proposta de criar uma política pública para promover a autonomia financeira e a inserção no mercado de trabalho de jovens em abrigos é extremamente relevante e urgente. No entanto, para garantir a perenidade e a sustentabilidade de tal iniciativa, é preciso considerar diversos aspectos interligados:

4.10.1. Base Legal e Institucional:

- Fortalecimento do Marco Legal: A política pública deve estar alinhada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a Lei da Aprendizagem, que estabelece regras para a contratação de jovens como aprendizes em empresas e que visa promover a inclusão de jovens no mercado de trabalho, oferecendo-lhes qualificação profissional, além de outras legislações pertinentes, garantindo os direitos dos jovens e a proteção integral.
- Articulação com Órgãos Públicos: É fundamental estabelecer parcerias com diversas secretarias municipais (Educação, Trabalho, Assistência Social, Mulher e etc), para garantir a complementaridade das ações e a otimização dos recursos.
- Inclusão da Sociedade Civil: A participação de organizações da sociedade civil, empresas parceiras é crucial para a implementação e o monitoramento da política, enriquecendo-a com diferentes perspectivas e experiências.

4.10.2. Planejamento Estratégico e Monitoramento:

- Diagnóstico Completo: É necessário realizar um diagnóstico detalhado da situação dos jovens em abrigos, identificando suas necessidades, habilidades e potencialidades, além dos desafios a serem superados.
- Definição de Metas e Indicadores: O estabelecimento de metas claras e quantificáveis, acompanhadas por indicadores de desempenho, permitirá avaliar o impacto da política e realizar ajustes ao longo do tempo.
- Sistema de Monitoramento e Avaliação: A implantação de um sistema eficiente de monitoramento e avaliação é fundamental para acompanhar os resultados, identificar gargalos e tomar decisões estratégicas.





4.10.3. Capacitação Profissional e Empregabilidade:

- Oferta de Cursos e Oficinas: A oferta de cursos profissionalizantes e oficinas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais é essencial para preparar os jovens para o mercado de trabalho.
- Aprendizagem: A inclusão dessas jovens no programa de aprendizagem em empresas parceiras é uma forma eficaz de conectar os jovens ao mundo do trabalho e facilitar a sua transição para o mercado formal.
- Mentoria e Acompanhamento: A disponibilização de serviços de mentoria e acompanhamento individualizado pelos servidores acolhedores é fundamental para oferecer suporte aos jovens durante todo o processo de inserção profissional.
 - **4.10.4. Empreendedorismo:** A criação desse programa de apoio às jovens, pode estimular o empreendedorismo e também a criação de pequenos negócios, além de gerar oportunidades de trabalho.
 - **4.10.5. Acompanhamento Pós-programa:** A construção de uma rede de apoio composta por profissionais de diversas áreas é fundamental para acompanhar os jovens após a saída dos abrigos e oferecer suporte em diferentes dimensões de suas vidas.

4.10.6. Sustentabilidade Financeira:

- Recursos Públicos: A alocação de recursos públicos de forma consistente e crescente é fundamental para garantir a sustentabilidade da política.
- Parcerias com a Iniciativa Privada: A busca por parcerias com empresas e fundações pode ampliar os recursos disponíveis e gerar novas oportunidades para as jovens.
- Eficiência na Gestão: A gestão eficiente dos recursos públicos e a otimização dos processos são essenciais para garantir a sustentabilidade financeira da política.

A perenidade e a sustentabilidade da política pública para jovens em abrigos dependem da construção de um sistema integrado e articulado que envolve diversos atores e setores da sociedade. É preciso investir em um trabalho de longo prazo, com foco na promoção da autonomia, da cidadania e da inclusão social desses jovens.

4.10.10. Potenciais Impactos Positivos de Sustentabilidade

 Redução da vulnerabilidade social: Ao promover a autonomia financeira e a inserção no mercado de trabalho, o programa contribui para reduzir a vulnerabilidade social das jovens e aumentar suas chances de construir um futuro melhor.





- Diminuição da evasão escolar: Ao oferecer oportunidades de trabalho e qualificação profissional, o programa pode incentivar as jovens a permanecerem na escola.
- Fortalecimento do vínculo familiar: Ao proporcionar às jovens ferramentas para construir sua própria vida, o programa pode fortalecer o vínculo familiar e contribuir para a sua reconstrução.
- Redução dos custos sociais: Ao reduzir a necessidade de assistência social, o programa pode gerar economia para o Município.

Em suma, a criação de um programa de governo voltado para a autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho de jovens em abrigos é uma iniciativa que pode gerar impactos positivos e significativos na vida desses jovens e na sociedade como um todo. No entanto, para garantir a perenidade e a sustentabilidade desse programa, é preciso investir em planejamento, gestão, articulação entre os diferentes setores e monitoramento contínuo.

5. Identidade Visual







6. Conclusão

Considerando os dados apresentados, a conclusão a ser extraída é que a inserção de jovens em situação de acolhimento no mercado de trabalho é uma questão urgente e complexa, mas também é uma oportunidade de transformação social.

A legislação brasileira já prevê mecanismos para a profissionalização de jovens, como a Lei do Jovem Aprendiz e iniciativas como o Programa Novos Caminhos. No entanto, é necessário intensificar os esforços para garantir que esses programas alcancem os adolescentes em abrigos, preparando-os para uma transição mais suave para a vida adulta.

A proposta de capacitar jovens em abrigos, especialmente meninas, a partir dos 14 anos, alinha-se com as diretrizes do ECA e com as melhores práticas internacionais. Ao oferecer formação profissional e acompanhamento personalizado, é possível aumentar as chances desses jovens de encontrarem um emprego e construírem um futuro mais promissor.

É fundamental que os poderes públicos, em parceria com a sociedade civil e o setor privado, trabalhem de forma integrada para implementar políticas públicas eficazes que garantam a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo o acesso à educação e ao trabalho.

A capacitação profissional de jovens em abrigos não é apenas uma questão de justiça social, mas também um investimento no futuro do país. Ao oferecer oportunidades de desenvolvimento, estamos preparando esses jovens para serem cidadãos ativos e contribuintes para a sociedade.

Em suma, a inserção de jovens em abrigos no mercado de trabalho é um desafio que exige uma ação conjunta de todos os setores da sociedade. Ao investir na capacitação desses jovens, estamos construindo um futuro mais justo e igualitário para todos.

7. Bibliografia

Site do Conselho Nacional da Justiça, acesso em 22/01/2025 https://www.cnj.jus.br/corregedoria-nacionaliza-programa-que-oferece-novos-caminhos-a-jovens-acolhidos/

Site ASSPROM, acesso em 22/01/2025 https://assprom.org.br/projeto-dos-programas-adolecente-trabalhador-e-de-aprede ndizagem-assprom/>





Edital RioSaude, acesso em 23/01/2025 https://www.riosaude.rio.br/sirg/html/modulos/dp/pdf/998.pdf>

Site Demà Jovem by Renapsi, acesso em 15/01/2025 https://renapsi.org.br/>

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Institui o Programa de Aprendizagem e estabelece a obrigatoriedade de as empresas com determinado número de empregados contratarem aprendizes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1.

Site do Sebrae, acesso em 21/01/2025 https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-sustentabilidade-empres-arial,3062188fb2c67810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

Site Paulo Mei, acesso em 21/01/2025 https://paulomei.com.br/blog/sustentabilidade-nos-projetos/>

Site Algar, acesso em 21/01/2025 https://www.algar.com.br/perenidade/

Site Germini, acesso em 21/01/2025 < https://gemini.google.com>





ANEXOS

Anexo I - Reunião com Servidor Municipal

Data: 11/12/2024 Local: Online

Participantes: Equipe do Projeto Integra Mulher

Descrição: Visando ter referência sobre da atuação de adolescentes abrigados no ambiente de aprendizagem, foi realizada uma reunião virtual com EMERSON ALCANTARA DE OLIVEIRA, servidor efetivo dos quadros do PREVIRIO que atuou por mais de 10 anos na coordenação das ações do programa de aprendizagem, de natureza socioeducativa, para adolescentes abrigados ou em famílias acolhedoras.

Nessa reunião, EMERSON compartilhou a equipe do Projeto Integra Mulher suas vidências, o servidor relatou sua perspectiva a respeito das necessidades e anseios dos adolescentes.

Eram ofertadas 15 vagas para adolescentes, meninos e meninas, na faixa etária entre 14 a 17 anos e 11 meses, e que estivessem frequentando o ensino formal. A média de tempo de permanência no programa girava em torno de um ano e meio.

Os adolescentes que participavam do programa de aprendizagem, junto ao PREVI-RIO, eram pré-selecionados, observando-se critérios comportamentais e escolaridade.

Cada adolescente ficava sob a supervisão de um servidor, que se comprometia em dar o suporte no local de atuação, bem como dar as orientações no dia a dia sobre como se comportar, se vestir e transitar no ambiente corporativo.

Além do acompanhamento diário, realizado pelo servidor, a equipe que coordenava o programa, além de estar sempre disponível para orientações, também realizava reuniões periódicas, com os adolescentes e com os servidores responsáveis, coletiva e individualmente, para acompanhar o desenvolvimento e identificar oportunidades de melhoria a serem trabalhadas ou que necessitasse uma intervenção mais direta e imediata.

Todos os adolescentes recebiam um valor pela participação no programa. E eles eram orientados sobre a importância de saber administrar e de guardar dinheiro.





A participação dos adolescentes naquele programa de aprendizagem favorecia o fortalecimento dos laços de afetividade, a promoção da autoestima, com impactos positivos na reinserção familiar, colaborava na modulação da conduta social e no seu desenvolvimento para um futuro ingresso no mercado de trabalho.





Anexo II - Reunião com SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

Data: 17/12/2024

Local: Presencial – sala 512 do Centro Administrativo São Sebastião - CASS

Participantes: Equipe do Projeto Integra Mulher e Técnica da Secretaria de

Assistência Social

Nessa reunião, a equipe do SMAS apresentou para as integrantes da equipe do Projeto Integra Mulher os diferentes perfis dos abrigos da PCRJ, os quais serão descritos a seguir:

1. Estrutura das Unidades de Acolhimento

Foi informado pelas assistentes sociais a existência de 26 unidades de acolhimento, as quais atendem cerca de 400 crianças e adolescente, organizadas da seguinte forma:

- 15 unidades próprias: administradas diretamente pela Secretaria.
- 11 unidades conveniadas: instituições filantrópicas com convênios ativos.

Cada unidade possui capacidade para acolher, em média, 20 crianças ou adolescentes, sendo o atendimento direcionado conforme faixa etária, gênero e necessidade específica. E algumas têm bloqueio judicial, ou seja, recebem menos abrigados e quantitativo máximo de acordo com a determinação do juiz. Dentre as 15 unidades de abrigos próprios, tem-se:

- 01 exclusivamente para bebês;
- 01 para grávidas e mães com recém-nascido
- 03 reservadas para o atendimento de crianças de 4 a 12 anos;
- 02 adolescentes meninas; e
- demais unidades para adolescentes meninos.

A rede privada conta com 11 unidades sendo:

- 01 para bebês;
- 01 para meninas;
- 01 para grupo de irmãos; e
- demais unidades para 04 a 12 anos.





Uma observação importante: pessoas trans normalmente ficam nas unidades para meninas.

2. Processo de Acolhimento

O acolhimento de crianças e adolescentes segue um fluxo específico, iniciado por denúncias de maus-tratos ou abandono:

- 1. Denúncia: Recebida pelo Conselho Tutelar, que realiza visita ao local para avaliar a situação.
- 2. Encaminhamento ao Judiciário:o Conselho Tutelar aciona o Poder Judiciário, que define o destino da criança ou adolescente. O acolhimento na instituição deve ser precedido da Guia de Recolhimento expedida pelo Poder Judiciário, como medida excepcional do convívio familiar, aplicada apenas naqueles casos em que a situação representar grave risco a sua integridade física e psíquica.
- 3. Antes de ir para o abrigo, a criança/ adolescente deve passar pela central de recepção. Existem 2 centrais no sistema: 1 para adolescentes meninos e outra para crianças e adolescentes meninas.
- 4. Alternativas possíveis:
 - i. Inserção em unidades de acolhimento.
 - ii. Retorno à família de origem (sempre que possível).
 - iii. Encaminhamento para adoção.

3. Prazos e Avaliações

- Permanência máxima no acolhimento: Dois anos.
- Revisão periódica: O Judiciário realiza avaliações a cada três meses para decidir pela manutenção no abrigo, reinserção familiar ou adoção.

4. Perfil das Jovens e Unidades para Adolescentes

O atendimento à faixa etária de 14 a 18 anos ocorre em unidades específicas:

- Catete.
- Penha.
- Olaria.
- Irmã Dulce (Santa Cruz).





Frida Kahlo (para jovens grávidas ou puérperas).

Atualmente, 46 meninas encontram-se acolhidas nessas unidades.

Perfil predominante das jovens acolhidas

- Etnia: A maioria das jovens é negra.
- Histórico: Marcado por situações de violência doméstica e uso de drogas.
- Rotatividade: Grande parte delas realiza saídas frequentes das unidades, seja para frequentar escolas ou por outras necessidades externas, dificultando o processo de estabilização.

5. Diretrizes Prioritárias

- Reinserção Familiar:
 - Prioridade é a reintegração da criança ou adolescente à sua família de origem.
 - Quando isso não é possível, busca-se encaminhá-los para adoção ou acolhimento.

6. Iniciativas após abrigamento

- Educação: Jovens acolhidos nas unidades são matriculados em instituições escolares em até 30 dias após sua chegada à unidade.
- Saúde: Atendimento inicial e periódico realizado em Clínicas da Família ou CAPS, dependendo da necessidade.
- Cidadania: Documentação (caso inexistente) é regularizada pela SMAS.

7. Benefícios e Programas de Apoio

- Bolsa Família: Gerido por administração pública, instituições ou pelo próprio jovem (a definição é dada pelo Judiciário).
- BPC (Benefício de Prestação Continuada): Exclusivo para jovens com deficiência, proporcionando suporte financeiro contínuo.
- Pé de Meia: Benefício financeiro direcionado a jovens no ensino médio, com objetivo de incentivá-los a permanecerem na escola.
- Bolsa Aprendiz: Oferece oportunidades de formação profissional, mas é incompatível com outros benefícios como Bolsa Família e BPC.





8. Profissionalização e Parcerias

A profissionalização dos jovens é considerada essencial e é promovida por meio de parcerias com organizações especializadas.

Parcerias em Destaque

- Fundação Mudes e Casa da Mulher: Promovem busca ativa por vagas de cursos e programas de formação.
- Unidade de Santa Cruz e ONG Ser Cidadão: Exemplos de sucesso em profissionalização com cursos de curta duração, incluindo:
 - Jardinagem.
 - Logística.
 - Culinária.
 - Barbearia.

Observação: Módulos curtos ajudam a manter o interesse dos jovens e a promover certificação em áreas práticas.

Gestão de Oportunidades

• Não há setor específico na Secretaria para centralizar a gestão de vagas; as iniciativas partem das próprias unidades de acolhimento e instituições parceiras.

9. Desafios sinalizados pela própria SMAS

- Baixa escolaridade: a rotatividade das jovens impacta negativamente o processo educacional.
- Histórico de violência e drogas: muitos jovens apresentam traumas que exigem suporte contínuo em saúde mental.
- Falta de centralização na gestão de oportunidades: ausência de uma estrutura dedicada dificulta a captação de vagas e cursos profissionalizantes.

10. Validação do Projeto





Durante a reunião, o projeto para jovens em vulnerabilidade social foi apresentado em detalhes às assistentes sociais, que validaram a iniciativa e destacaram que o escopo proposto atenderá às necessidades identificadas nas unidades de acolhimento. Demonstraram satisfação com o planejamento apresentado, reconhecendo que a proposta poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida e oportunidades para os jovens.





Anexo III - Reunião com Instituto Embelleze (Gabriela)

Data: 19/01/2025 Local: Online

Participantes: Equipe do projeto Integra Mulher e Aline Augusto, Diretora do

Instituto Embelleze

Na reunião realizada no dia 19 de janeiro de 2025, foi discutido o interesse do Instituto Embelleze em assumir a execução do projeto voltado para jovens em situação de vulnerabilidade e de abrigos da Prefeitura do Rio de Janeiro. Aline Augusto, diretora do Instituto, reforçou o compromisso da instituição em colaborar com o eixo de empreendedorismo do programa, mostrando a viabilidade e a estruturação da iniciativa.

Na reunião, foi apresentada a proposta dos projetos, objetivos e resultados dentro da proposta triple bottom line, em que todos os stakeholders serão beneficiados, sendo as jovens as grandes atendidas e beneficiadas da iniciativa.

O apoio do Instituto Embelleze, referência nacional na área de beleza e formação profissional, é um indicativo da solidez e do potencial transformador deste projeto.

Detalhes do projeto em parceria com o Instituto Embelleze:

Objetivo: Capacitar jovens para o mercado de trabalho, oferecendo cursos presenciais que desenvolvam habilidades específicas na área de beleza, como manicure, lavagem de cabelo e outras práticas profissionais.

Metodologia

Cursos modulares: Cada módulo terá duração de aproximadamente um mês, garantindo que, ao final, as participantes estejam aptas a exercer a atividade profissional específica abordada.

Certificação: As jovens receberão um selo de qualidade do Instituto Embelleze, que agrega credibilidade ao currículo.





Encaminhamento profissional: O Instituto Embelleze possui parcerias com salões de beleza e se compromete a auxiliar no encaminhamento das participantes para oportunidades de trabalho.

Local e infraestrutura:

As aulas serão realizadas presencialmente nas unidades do Instituto Embelleze, com estrutura e material didático fornecidos pela instituição.

Investimento:

A Prefeitura será responsável por financiar os custos relacionados aos cursos e à execução do projeto.

A Embelleze entrará com infraestrutura, equipamentos, mão-de-obra qualificada e encaminhamento para o mercado, diante dos critérios

estabelecidos para as jovens, e na sua rede de parceiros.

Abaixo, segue desenho do escopo de trabalho desenvolvido pelo Instituto Embelleze, ainda de maneira incipiente e que pode ser ajustada, caso se concretize, de acordo com os objetivos e necessidades de Prefeitura/ SMAS:

Instituto Embelleze:

Ideia é propor para a Prefeitura uma formação profissionalizante que gere interesse para as meninas que estão no projeto e também ter uma formação para os padrinhos que darão suporte a essa jovem:

Cursos que podemos criar: Empreendedorismo para a área de beleza (será criado)

Capacitação para padrinhos e mentores - interessados em apoiar jovens no processo de inserção no mercado de trabalho. O curso fornecerá ferramentas práticas para orientar e incentivar a autonomia das jovens, promovendo vínculos significativos e eficientes.

Carga Horária: 8 horas (2 encontros de 4 horas cada).

Conteúdo Programático





- O Papel do padrinho/mentor: como ser um apoio efetivo para jovens em vulnerabilidade social.
- Boas Práticas de Mentoria: estratégias para identificar habilidades, incentivar o desenvolvimento pessoal e oferecer apoio emocional.
- Orientação Profissional: dicas para entrevistas e explorar oportunidades no mercado.
- Rede de Contatos: como conectar jovens com empresas e programas de empregabilidade (via parceiros do próprio Instituto).
- Público-Alvo: voluntários, servidores públicos ou profissionais interessados em atuar como mentores.
- Certificado: os participantes receberão um guia prático e um certificado de conclusão, além de serem conectados a jovens cadastrados no programa.

Cursos profissionalizantes

Já existem e serão adaptados à realidade e necessidades das jovens, de acordo com alinhamento com a Prefeitura.

Cabelo

- 1. Iniciante: Imersão de cabelo 12 horas Escova lisa/estilização de cachos/modelagem com babyliss e chapinha (curso pronto)
- 2. Especialista em alongamento de cabelos 32 horas
- 3. Auxiliar de cabeleireiro 56 horas Lavar cabelo, técnicas de escova, coloração
- 4. Cabeleireiro 144 horas Profissional
- 5. Barbeiro 144 horas profissional
- 6. Cabeleireiro profissional Academia Embelleze 220 horas

Unhas





- 1. Workshop unhas 4 horas
- 2. Especialista em unhas Artísticas 32 horas
- 3. Especialista em alongamento de unhas 48 horas

Embellezamento do Olhar

- 1. Cílios
- 2. Sobrancelha

• Reunião com diretora de casa de acolhimento masculino

Data: 05/12/2024

Local: Presencial

Participantes: Parte da equipe do projeto Integra Mulher

A visita a campo aconteceu em um abrigo da cidade do Rio de Janeiro no dia 05/12/2024 com o objetivo de compreender o funcionamento da instituição. A estratégia utilizada para a produção dos dados foi uma conversa informal com a Diretora, que solicitou sigilo quanto às informações sobre a identificação dos participantes e localidade da instituição.

O abrigo visitado tem estrutura para receber até 20 adolescentes do gênero masculino, com idades entre 12 a 18 anos incompletos, sendo 10 através de intervenção do judiciário. O abrigo atualmente conta com o número de 10 meninos e um quadro de 15 educadores composto por: assistente social, psicóloga, cozinheira, motorista, dentre outros.

Recentemente passou por reforma. Foi observada nova pintura nas diferentes dependências e ambiente climatizado nos quartos. A Diretora relatou que no dia da inauguração era notória a felicidade e integração de todos.





Sobre como os meninos chegam ao abrigo, a Diretora relatou que são através das centrais de recepção, chamadas de Central Carioca que recebem e os encaminham para os abrigos, sendo uma casa de adolescentes do sexo masculino e outra de sexo feminino. As Assistentes Sociais e Conselheiros Tutelares realizam a triagem de acordo com as vagas nos abrigos e, por abordagem, conduzem as crianças através de pedidos de guia para acolhimentos, que vai de 6 meses até dois anos junto às Varas da Infância e Juventude do Rio, Atualmente são 4 Varas, divididas geograficamente, Zona sul tem um Juiz , Zona oeste, outro. Ao chegar eles tentam contato com a família para tentar restabelecer o vínculo.

A rotina dos meninos é composta por momentos de alimentação e sono, atividades na sala com computadores e televisão, atividades desportivas eventuais, acompanhamento psicológico, organização dos espaços e frequência escolar. É obrigatório o comparecimento à Escola todos os dias, requisito fundamental para permanência no abrigo. A Diretora relatou que alguns adolescentes acham as regras demasiadas porque não estão preparados para tanto.

A forma de trabalho na instituição é entendida como coletiva, a Diretora menciona o trabalho com ênfase humanitária.

Quanto aos cuidados com a saúde, os meninos são acompanhados pelas equipes do CAPSI e da Clínica da família, visitam o abrigo e desenvolvem atividades com os adolescentes, fazem testes rápidos, dermatológicos, dentre outros. A Diretora relatou que, entre os adolescentes, existem casos densos envolvendo situações de violências, uso de entorpecentes, envolvimento com o tráfico de drogas e atribui o sucesso do trabalho à presença de todos os envolvidos.

No campo dos esportes, travam parcerias, mas nem todos os adolescentes querem praticar esportes.





A Diretora relatou que quando os meninos se aproximam de completar os 18 anos, atravessam o que ela chama de "crise dos 18", a título da responsabilidade de terem que deixar a instituição. Ainda disse que a permanência do adolescente pode se estender até os 21 anos, dependendo do caso. Informou que no Rio de Janeiro há uma república que funciona para o sexo masculino e, inclusive, está à procura de novo local para se estabelecer. Só atendem 6 pessoas e os jovens podem permanecer até os 24 anos. Quando questionada sobre a existência de algum mecanismo da prefeitura para encaminhamento desses jovens ao trabalho, ela disse desconhecer.

No caso do Programa Jovem Aprendiz ou outros benefícios que os meninos possam receber, a guardiã, tutora, realiza a administração dos gastos orientando o jovem a poupar para a época de sua saída do abrigo.

Atualmente não recebem nenhum incentivo ou bolsa do Governo Municipal.





Anexo IV - Reunião sobre o Jovem Aprendiz na Administração Indireta - COMLURB

Dia: 15/01/2025 e 28/01/2025

Local: Companhia Municipal de Limpeza Urbana

Reunião com Noemi Lustosa

Como funciona o programa Jovem Aprendiz na Prefeitura do Rio de Janeiro?

1. Jovem Aprendiz na Administração Direta

A Administração Direta da Prefeitura do Rio de Janeiro não possui obrigatoriedade legal de contratar aprendizes. Portanto, o programa Jovem Aprendiz é exclusivo para as empresas da Administração Indireta, como a COMLURB. Cada empresa da Administração Indireta tem autonomia para executar o programa da forma que considerar mais adequada, não existindo uma diretriz unificada para todas as empresas.

2. Jovem Aprendiz na COMLURB

A COMLURB, como empresa da Administração Indireta, é **obrigada por lei** a seguir a Lei de Aprendizagem. Essa lei determina que a cota de aprendizes da empresa corresponda a **5% do seu quadro funcional**. Atualmente, a COMLURB possui um total de 892 funcionários, e a lei exige que a empresa priorize a contratação de menores de idade.

A COMLURB possui, em média, 50% de aprendizes menores de 18 anos e 50% maiores de 18 anos. No entanto, por se tratar de uma empresa de limpeza urbana, os jovens aprendizes não podem trabalhar em todas as áreas da empresa, principalmente naquelas relacionadas à limpeza urbana.

A Lei de Aprendizagem permite que esses jovens sejam alocados em outras instituições dentro da mesma esfera municipal. Com isso, a COMLURB mantém parceria com o SENAI, onde os jovens aprendizes cumprem 10% da carga horária na Renapsi e o restante no SENAI.

O SENAI oferece diversos cursos para os jovens aprendizes da COMLURB, como Assistente Administrativo, Padeiro, Confeiteiro, entre outros. Em breve, o programa será expandido para as unidades do SENAI em Laranjeiras e Vila Isabel.





Na Renapsi, os jovens são alocados no **arco administrativo da COMLURB**, tanto na sede administrativa quanto nos órgãos operacionais. Uma parte dos jovens permanece na Renapsi, outra parte é encaminhada para o SENAI, e outra parte é alocada na Administração Direta, onde realiza a parte teórica do programa em diversas secretarias e órgãos da PCRJ, como a Nave do Conhecimento e as CRE's.

É importante ressaltar que todos esses jovens fazem parte da cota de 892 aprendizes da COMLURB.

3. Perfil de vulnerabilidade social

Devido à especificidade da COMLURB, o programa Jovem Aprendiz da empresa também contempla um **perfil de vulnerabilidade social**, incluindo jovens em abrigos pela SMAS e jovens em medidas socioeducativas.

Esses jovens em medidas socioeducativas geralmente ficam alocados no SENAI, e alguns poucos na COMLURB. Eles recebem acompanhamento periódico de representantes do SENAI, da COMLURB, da SMAS e do Degase.

4. Programa ViraVida

A Firjan oferece o **Programa ViraVida**, que apesar de não ser um programa de Jovem Aprendiz, complementa a formação dos jovens ao abordar questões relacionadas ao mundo do trabalho, como conceitos práticos e comportamentais, uso do português e da matemática no dia a dia, reflexão sobre o perfil profissional e aprimoramento do desempenho em processos seletivos.

5. Contrato com a Renapsi

O vínculo dos jovens aprendizes com a Renapsi é formalizado por meio de um contrato, resultado de um processo licitatório vencido pela OSC. Esse contrato tem duração de 2 anos, podendo ser prorrogado.